



**PROJETOS DE INTERVENÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES DO
EM CURSO DE ENFRENTAMENTO AO SEXISMO E A HOMOFOBIA:
PARTILHANDO OS RESULTADOS DO ESTADO DO TOCANTINS NO
“POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO SEXISMO E A HOMOFOBIA NO
AMBIENTE ESCOLAR”**

Cecilia Nunes Froemming¹

Bruna Andrade Irineu²

Resumo: O presente trabalho busca explorar as propostas expostas nos projetos de intervenção apresentados pelas professoras e professores que realizaram o curso “Políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia no ambiente escolar”, realizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão “Corporalidades, Sexualidade e Direitos”, no período entre Maio/2010 e Dezembro/2011, em quatro municípios do Estado do Tocantins. Destacamos que nossas ações de estudo, pesquisa e extensão fundamentam-se na compreensão de que a sexualidade é construto histórico, e que existem hierarquias sexuais e de gênero tem invisibilizado direitos sociais de pessoas que vivenciam sexualidades desviantes e dissidentes do “imperativo heterossexual”.

Palavras-chave: Sexualidade, Homofobia, Educação.

**I – “Políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia no ambiente escolar”:
caracterizando sujeitos e a proposta do curso**

A emergência do cenário político que debate diversidade sexual começou a ser visibilizada a partir de mobilizações de grupos que ousaram romper o silêncio e ir às ruas para construir uma política sexual a partir do reconhecimento de que direitos

¹ Assistente Social. Professora Assistente I da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora “do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”. Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: ceciliafroemming@gmail.com.

² Assistente Social. Professora Assistente I da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora “do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: brunairineu@gmail.com.

sexuais são direitos humanos. Porém, as ações de cunho democrático que pretendem o enfrentamento à homofobia e ao sexismo são constantemente interpeladas por expressões cotidianas da violência no que tange a sexualidade. E o ambiente escolar é um dos principais violadores do direito à livre expressão de identidade e de orientação sexual. Acreditamos que politizar o debate sobre a homofobia a partir da relação comunidade-universidade, oportunizada pelo papel da extensão universitária, se constitui necessário quando há compromisso com a justiça social e a democracia na construção de uma educação universitária que possibilite práticas educativas que caminhem na defesa intransigente dos direitos humanos e o respeito às diversidades.

O projeto “Políticas de enfrentamento ao sexismo e homofobia no ambiente escolar: re-significando as práticas educativas no estado do Tocantins” foi aprovado pelo Edital “Gênero e Diversidade Sexual” de 2009 da SECAD/MEC, e desde sua elaboração teve a parceria do movimento LGBT local (Grupo Ipê Amarelo pela livre orientação sexual - GIAMA) e, com alguns entraves institucionais, das secretarias de educação (estadual e municipais). E tem sua realização vinculada ao Núcleo de Pesquisas, Estudos e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, criado também em 2009 com a participação de docentes do curso de Serviço Social e discentes dos cursos de Pedagogia e Serviço Social.

O curso “Políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia no ambiente escolar” foi realizado a partir de metodologia participativa, priorizando a fala dos sujeitos envolvidos no processo educativo. As palestras ocupam 40% do tempo dos módulos e 60% restante é dedicado a oficinas, onde não há palestrantes e sim facilitadores/as que iram conduzir as discussões de forma a democratizar o tempo das falas e incentivar a participação. Os temas discutidos nos módulos perpassam o debate sobre a construção do corpo; os conceitos de gênero e sexualidade; a história do Movimento LGBT; as políticas públicas para a população LGBT no Brasil; Estado Laico; direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens; os planos de continuidade na escola; a homofobia e sexismo no cotidiano escolar; e formulação de projetos de intervenção. Iniciamos a primeira turma em abril de 2010, na cidade de Palmas, com seminário aberto ao público geral, a comunidade acadêmica e as/os participantes do projeto. E posteriormente, nos municípios de Araguaína, Miracema e Gurupi.

A educação é um campo teórico, e em disputa, que para Pocahy (2009, p. 02) se coloca "para além do tempo em que nos ocupávamos com questões matizadas em

expressões como ensino, aprendizagem e didática". Historicamente constituído como espaço disciplinador, normalizador e re/produtor das desigualdades sociais, o que denota desafios em estabelecer compromissos que transgridam a lógica tradicional da escola, como exemplo, a inserção da diversidade sexual no ambiente escolar.

De acordo com Junqueira (2009), a gestão pública em educação vem sendo instigada a considerar aspectos que circundam o “aprimoramento ético” dos sujeitos como relevante ao desenvolvimento social. Neste sentido, o enfrentamento ao sexismo, a homofobia e toda forma de preconceito se coloca como necessário e ao mesmo tempo um dos grandes desafios à escola, especialmente no âmbito de sua capacidade formadora. Os movimentos sociais de mulheres, negros(as) e LGBT tem provocado a gestão educacional, para a necessidade de políticas de educação que promovam o respeito e alteridade às diversidades (sexual, raça/etnia, gênero, geração e classe social). Reiteramos estas provocações no sentido que possamos efetivar nossas vivências com prazer e de maneira plural, corroborando com o direito a uma educação que subverta os valores hegemônicos e as relações de poder que permeiam a sociedade.

Partilhamos do construtivismo, enquanto perspectiva teórica, que critica o essencialismo das identidades, onde a sexualidade está entendida como categoria analítica, percebida como produto social e cultural que modela desejos, corpos, prazeres e vivências sociais (WEEKS, 1995). Quanto à categoria gênero, referendamos as abordagens feministas, que também criticam as essencializações e problematizam os dualismos embasados no modelo binário (masculino/feminino) e no processo de inteligibilidade contido na seqüência sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2003). O que nos possibilita pensar o gênero não atrelado ao corpo, mas a *performance* que os sujeitos exercem, numa perspectiva plural que compreende travestis e transexuais como sujeitos de pertença ao gênero que se identificam socialmente e não reféns de uma ordem biológica e “aparentemente” natural do sexo. Assim, destaca-se que o projeto de extensão fundamentou-se na compreensão de que as hierarquias sexuais e de gênero tem invisibilizado direitos sociais de pessoas que vivenciam sexualidades desviantes e dissidentes do “imperativo heterossexual”.

Aplicamos com 100 participantes deste curso questionários afim de caracterizar as mesmas, também tendo como objetivos: a) refletir sobre as violações a equidade de gênero e ao respeito à diversidade sexual no espaço escolar; b) verificar se o contexto escolar tem se constituído um espaço de defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de jovens e adolescentes; c) conhecer quais ações sobre

“orientação sexual” e/ou “educação sexual” são desenvolvidas em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) no Tocantins.

A caracterização das/os participantes do curso nota-se que 85% das/os participantes são do sexo feminino e 14% do sexo masculino, sendo que 95% declararam-se heterossexuais e 5% como homossexuais. Sobre o local de nascimento das/os cursistas, tem-se, 50% que nasceram em outros estados; 50% nasceram em municípios tocantinenses. Dentre as/os participantes do curso de extensão 38% correspondem a edição realizada na cidade de Palmas, 32% na de Gurupi, 17% em Araguaína e 13% de Miracema.

Quanto à Instituição a qual as/os participantes trabalham 34% estão vinculadas/os às Escolas Estaduais; 15% às Prefeituras Municipais; 12% à Diretoria Regional de Ensino, 9% às Escolas Municipais, 9% à Secretaria de Estado de Educação, 7% à Universidade Federal do Tocantins, 7% às Secretarias Municipais de Educação, 7% vinculadas a outras instituições de educação. No que se refere à questão de cargo/função, nota-se que uma maioria considerável de 45% atuam como professores/as em sala de aula, 26% são coordenadores/as ou diretores/as, 8% são Assessores de Currículo; 5% Orientadores Educacionais; 4% são Supervisores; 4% são Estudantes, 3% são funcionários da Assessoria Regional de Planejamento e Avaliação; 1% são Secretárias/os; 1% são Assistentes Sociais; 1% são Advogadas/os; 1% são Psicólogas/os; 1% são Educadores Sociais. Quanto a área de formação das/os participantes, a área de ciências humanas foi majoritária, somando 82%, 14% formaram em áreas das ciências biológicas e 4% em Ciências Exatas.

Em relação à participação em curso de capacitação em gênero, sexualidade e diversidade sexual, 77% nunca participaram, enquanto 23% afirmam já terem participado de discussões acerca da temática. Ao que se refere à justificativa da participação no projeto de extensão, 74% atribuíram o interesse em adquirir conhecimento em gênero, sexualidade, sexismo e homofobia, 18% pela relevância destes temas, 5% para discutir a homofobia junto às escolas e 3% porque trabalham com a temática em pesquisas científicas.

Diante dos dados obtidos constata-se que, 61% das/os participantes afirmam que nas escolas em que atuam não existem atividades ou ação que aborde a temática de gênero, sexualidade e/ou diversidade sexual; sendo que 28% afirmam que as escolas desenvolvem alguma atividade referente à temática. Acerca da existência de material pedagógico didático ou para-didático na escola que atua apenas 16% afirmaram ter

algum suporte para “Promoção do respeito a diversidade sexual” na escola, enquanto os temas acerca “Promoção dos direitos das pessoas com deficiência” e da “Promoção da Igualdade Racial” apresentam 43% e 37% consecutivamente de respostas indicando ter algum material.

Outro índice a se destacar, refere ao conhecimento de legislação, resolução e/ou normativa que trate dos direitos LGBT, do respeito à diversidade sexual e/ou combate ao sexismo e a homofobia no âmbito municipal, estadual e federal, onde 82% disseram não conhecer, enquanto 18% afirmam conhecer e destacam: a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, o Projeto de Lei 122/2006 – que criminaliza a homofobia, a Resolução acerca do Nome Social (do Conselho Estadual de Educação do Tocantins) e a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social de 2006.

Ao iniciar o curso, as pessoas foram indagadas por nós sobre suas motivações para fazer o mesmo. Dentre os mais ditos: pessoas que queriam aprender mais e pessoas que gostariam de entender e “ajudar” alunas e alunos LGBT. Estas citavam freqüentemente frases do tipo: passavam por *“muitos problemas desta natureza”* – referindo-se a alunos LGBT. Quase nenhuma das pessoas que foi motivada a buscar o curso por esta razão entendia que alguma orientação sexual diferente da homossexualidade é “normal”, colocando estas no campo do “problema a ser resolvido”.

Outra curiosidade refere-se aos questionamentos que estes/as professores/as recebiam em suas escolas: as demais pessoas das escolas indagavam a quem freqüentava o curso se era freqüentado só por pessoas LGBT; sendo constantemente interpelados sobre o porquê de realizar um curso que trata deste tema. Nos casos relatados em que os participantes queriam retornar como multiplicadores do tema, em unanimidade não houve interesse por parte das direções escolares e nem dos colegas.

Um dos vídeos discutido com os professores relatava experiências de educação não sexista. Em uma das cenas, meninas brincam de bola. Ao debater esta com o grupo, uma das professoras disse: *“Ela vai ser mãe, né? Precisa aprender a cuidar de crianças, e não a jogar bola”*.

Nas dinâmicas utilizadas para identificar e reconhecer de que forma as instituições contribuem para a homofobia e o sexismo; vemos que é rapidamente identificado pelas pessoas que a sociedade é machista e patriarcal. Porém, não reconhecem a escola como agente público do sistema político - educacional que valida

isto. E muito menos se discute que uma sociedade machista é violenta com a maioria das pessoas, além de ser homofóbica.

Ao discutir o tema do aborto no módulo sobre “direitos sexuais e reprodutivos”; a posição contra o aborto e contra a descriminalização do mesmo foi unânime entre todas as pessoas que participaram do curso. Dentre as justificativas, a mais utilizada era sobre o momento da concepção, considerando que uma vida se inicia no momento da fertilização; fazendo uso de palavras como “crime” e recorrentes dizeres religiosos: “*se Deus enviou um bebê, a mãe deve criá-lo*”.

Outro tema sempre polêmico nos cursos: filhas e/ou filhos de casais homoparentais. Desta vez, a justificativa recorrente era que pessoas homossexuais criam filhos homossexuais. Além disso, havia constante indagação em todos os módulos do curso de que homossexuais são promíscuos e não mantêm relações estáveis. Podemos pensar em muitas inferências: a primeira delas é a invisibilidade de casais formados por demais orientações e identidades de gênero para além da homossexualidade masculina.

Ao discutir sobre bases legais relativas a gênero e sexualidade, quase todas as pessoas participantes do curso concordam que a criação de uma lei que obrigue os professores a trabalhar o tema. Ao mesmo tempo em que sugerem a aprovação destas leis, desconhecem o conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que desde 1997 sugere que a diversidade sexual seja um tema transversal a ser trabalhado na escola.

A seguir, iremos abordar o resultado dos projetos de intervenção escritos pelas pessoas participantes do curso.

II - A lógica do “isso ou aquilo” na educação: construindo/ conquistando espaços para a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas

O curso tinha como objetivo final a produção de projetos de intervenção relacionados a algum dos temas trabalhados nos módulos do curso. A execução dos mesmos é facultativa para os professores e as escolas, bem como não houve correção por parte das professoras que ministraram o curso; apenas sugestões discutidas com os grupos. A análise aqui descrita foi feita a partir das seguintes categorias: Grupo/Cidade – Tema – Metodologia – Público-Alvo – Bibliografia – Abordagem Teórica.

Os trabalhos de proposta de intervenção apresentados comprovam que a norma às vezes cede espaço para a subversão. A imensa maioria dos trabalhos propõe uma abordagem teórica crítica e assume a escola como agente homofóbico, sexista e

heteronormativo; mas também agente educacional que pode propor processos de estímulo a relações sociais equânimes e igualitárias.

Todos os projetos se propõem a utilizar o material do curso, principalmente os filmes e as dinâmicas de reflexão. Apenas um grupo de professoras que optou por realizar projeto cuja metodologia previa trabalho com os professores para combater a homofobia na escola estava preocupado em resguardar os jovens LGBT daquela escola de violências homofóbicas por parte dos professores, que segundo elas, era uma situação freqüente.

Outro grupo que pretende trabalhar o tema “*sexualidade e autocuidado*” juntamente aos adolescentes da escola pretendia através de seu projeto homogeneizar o que eles descrevem como “*práticas transgressoras*”; e divulgar entre os adolescentes uma “*sexualidade normal*”.

Outras duas escolas propuseram projetos de intervenção cujos objetivos eram de “auxiliar” pessoas que se declaram com uma orientação sexual LGBT. Em um destes projetos, o objetivo era: “construção de uma postura para não agredir os demais com exageros” (Projeto de Intervenção, Grupo C, 2010). Este retrata a preocupação do grupo com uma aluna travesti que se vestia condizente com o gênero ao qual pertence: como uma mulher. As professoras diziam durante o curso que as agressões verbais que ela sofre; assim como todas as travestis, segundo elas; são motivadas pela forma como se vestem e pelo seu comportamento. Portanto, para este grupo de pessoas, a motivação para a agressão por parte das pessoas heterossexuais da escola era plenamente justificada. Este grupo também pretendia realizar um levantamento de quantas pessoas LGBT tinham na escola, e qual os impactos da homofobia na vida do indivíduo.

As reações aos sujeitos que ousam dizer seu nome ficam entre tolerância e revolta. Os debates morais surgidos podem ser transformados em estratégias políticas, no sentido em que temos que exercitar as convivências democráticas.

(...) novas identidades culturais e políticas vem proliferando, em raças e etnias, gênero e sexualidade, HIV e AIDS, dentre outras identidades coletivas, que vêm emergindo para confirmar e promover interesses humanos comuns, para desafiar hierarquias congeladas de poder e, implícita ou explicitamente, para brigar por autonomia, diversidade e escolha. Mas estas, por sua vez, geram novos tipos de controvérsia, acerca da “política de identidade”, “correção política”, a ameaça da “ordem natural” da sexualidade e similares. Nem todas as identidades são inofensivas e capacitantes. Identidades podem ser campos de batalha (WEEKS, 1995, p.04-05).

É preciso discutir acerca da busca pela uniformidade numa sociedade tão diversa. A heterogeneidade não pode ser considerada positiva? As identidades – inclusive as identidades sexuais têm que ser imutáveis?

Concordamos que as características identitárias dos sujeitos nos levam a pertencimentos sociais diversos e múltiplos. A minha identidade étnico-racial, por exemplo, pode ter me levado a experimentar diversas situações de opressão ou ao contrário, de ter oprimido. “O corpo é visto como um juízo final de um julgamento sobre o que somos ou o que podemos nos tornar” (WEEKS, 1995, p.07). Corresponder a certos atributos físicos (atualmente, um corpo magro e esbelto) e a corresponder a um comportamento generificado com base no meu sexo biológico é uma obrigação societária.

Para Eribon (2008), a interpelação heterossexual leva os homossexuais a viver em um mundo de injúrias. Todas as instituições da vida cotidiana atribuem as homossexualidades um lugar inferior: a psiquiatria, o político, o jurídico.

Não criamos o mundo a que chegamos; nele encontramos gestos, papéis sociais, crenças, ofícios, hábitos mentais, etc... que nos precederam. E na materialidade que nele encontramos, há a linguagem. Mas essa linguagem é portadora de representações, de hierarquias sociais, de “caracteres” e de “identidades” fabricados pela história e que preexistem aos indivíduos. (...) O mundo é insultante por ser estruturado conforme hierarquias que trazem consigo a possibilidade das injúrias (ERIBON, 2008, p. 80).

A institucionalização estatal de políticas LGBT atravessa um perigoso desafio: se por um lado há pressão constante dos movimentos identitários e de direitos humanos por um combate a homofobia; por outro vemos um retrocesso fundamentalista no combate as mesmas. Podemos citar o projeto de lei (PLC) 122 que institucionaliza a criminalização da homofobia; que é chamada de “mordça gay” pela bancada evangélica.

Alguns projetos propuseram que em suas escolas fosse criado de forma permanente um “fórum de formação de professores” sobre diversidade sexual e combate a homofobia. A preocupação era atentar para a necessidade do questionamento de atitudes na prática docente, pois é no espaço cotidiano que este grupo identificou uma constante reafirmação de violências homofóbicas e sexistas, a partir das suas próprias reflexões durante o curso. Estes dois grupos, de escolas de municípios diferentes, salientou que as – os professoras (es) evangélicos não iam gostar dessa proposta. Mais

uma vez, as intenções religiosas pessoais interferem na laicidade do Estado. As integrantes destes projetos, mesmo identificando a necessidade de discutir as violências praticadas cotidianamente pelos professores; demonstraram muito medo de sugerir trabalhar com o tema, pois estariam sujeitas a questionamentos inclusive de sua própria orientação sexual.

Três dos grupos citaram que fariam as intervenções previstas na metodologia dos projetos durante os “grupos de oração” – momento de oração religiosa que ocorre com todos as/os professores/as da escola uma vez por semana. Atentamos para que destes três grupos, dois são as Diretorias Regionais das Escolas de duas regiões do Estado.

Um grupo formado por integrantes de Delegacia Regional de Ensino - DRE de um dos pólos onde se realizou o curso propôs a criação de um projeto de intervenção a partir de um grupo de professores que realizasse um estudo para o enfrentamento da homofobia a partir da realidade dos municípios. O objetivo era realizar no próximo ano um alinhamento dos conteúdos do ensino médio, transversalizando o tema para estes períodos.

A parte dos projetos que prevêem construção de grupos de estudos, todos os projetos tem uma coisa em comum: seriam realizados em no máximo, dois turnos (em dias alternados). Outra questão que esse processo de organização do curso, desde a sua concepção até esse processo atual de finalização, não só explicita o menosprezo pelo tema de gênero e sexualidade; como o despreparo das instituições e dos campos de saber em lidar com o mesmo.

Apresenta-se atualmente, uma situação sem precedentes cujas diferenças sócio-culturais não podem mais ser silenciadas. As normatividades prevalentes estão em jogo: grupos de sujeitos não aceitam mais ser subalternizados.

Considerações Finais

Os temas considerados “transversais” na educação, bem como nas políticas públicas, são tratados de forma pormenorizada. Nas escolas, costuma-se tratar destes assuntos com um dia de atividades lúdicas que lembrem estes temas. Então, o dia da “tal coisa” serve para demonstrar como a escola lida com o diverso. A escola como um reflexo societário mostra os lugares que alguns grupos sociais possuem: Dia da mulher, Dia da consciência negra, Dia do índio, etc. Uma identidade separatista e negadora da história cotidiana dos sujeitos sociais.

As experiências relatadas neste artigo demonstram que não existe laicidade no serviço público oferecido pelos profissionais das escolas. A busca pela receita “como lidar” com situações extremas relativos ao gênero e a sexualidade foi uma constante durante os cursos ministrados. Mas ao mesmo tempo, no que tange ao possível enfrentamento do sexismo e da homofobia, há intencionalidade dos sujeitos ao final do curso, observada a partir de falas como as seguintes: 1) “[...] desejo também poder aplicar estes conteúdos em minha vida particular [...]”; 2) “[...] me inscrevi por curiosidade no tema. Hoje estou muito diferente de quando iniciei o curso [...]”.

Segundo Prado (2010, p. 09) a homofobia se demonstra como um sistema de “humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir de sua intersecção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo”. Assim, as tramas da invisibilidade da homofobia, da heteronormatividade e das demais formas de não reconhecimento das amplas formas de diversidade vivenciadas cotidianamente contribuem para que as formas de gestão da vida sejam cada vez menos democráticas.

Projetos societários que não salientam como categorias correlatas classe, gênero e orientação sexual individualizam as lutas da classe que vive do trabalho. A avaliação de que estas lutas são pormenorizadas frente a mudança paradigmática desqualifica as reivindicações de movimentos sociais, como também o sofrimento humano, dadas as interdições sociais das práticas afetivas homossexuais, pois a dimensão pública da sexualidade só é aceita socialmente quando a mesma é heterossexual.

Neste sentido, considerar questões como diversidade sexual, raça/etnia e a tensão entre reconhecimento e redistribuição de direitos como questões “menores”, desconsidera que a noção de sujeito está vinculada a normas materiais e sociais de um projeto de sociabilidade, e que pertencer identitariamente a uma orientação sexual que difere da heterossexualidade é um interdito cotidiano em vários âmbitos na vida dos sujeitos. Estes são expressos como a impossibilidade de união civil, de direitos reprodutivos, bem como de adoção. Essas privações de direitos civis atentam para o fato de que os direitos legais e econômicos também dizem da forma de distribuição sexual e de gênero sob a qual a organização social está baseada.

Na medida em que o direito a liberdade de orientação sexual se constitui numa forma de direito a igualdade social, respeitar a diversidade sexual é necessário para o respeito à autonomia, para a democracia, para a superação da inferiorização do outro.

Em uma perspectiva que teleologicamente pretende a transformação da sociedade, é condição para esta desnaturalizar a imposição da heteronormatividade, oposta a luta dos patamares de sociabilidade onde a diversidade seja efetivamente reconhecida. A proposta na é senão querer dar movimento a metodologia, e de forma alguma se propõe em colocar em jogo a episteme. Porém, sabemos que nas intersecções de diversas desigualdades, em nome da classe as demais se calam.

Atentar para as causas das desigualdades reais é fundamental para dar materialidade ao projeto político do Serviço Social, profissão das educadoras que escrevem este artigo; que, entre os seus princípios, contrapõe a quaisquer formas de discriminação e compromete-se com a luta pela superação da violação de direitos.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério. Política de educação para diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnB, 2009.

POCAHY, Fernando. **Educação como experiência** - notas para uma formação indisciplinar em sexualidade. (Comunicação Oral - Semana Escola sem Homofobia - UFMG) Belo Horizonte: 2009.

PRADO, Marco Aurélio M. Prefácio: Homofobia - muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: BORRILLO, Daniel. **Homofobia - história e crítica de um preconceito**. Autêntica, Belo Horizonte: 2010.

WEEKS, Jeffrey. **Moralidades Inventadas: Valores sexuais en una época de inseguridad**. Cambridge: Polity, 1995.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Revista Estudos Feministas, ano 9, n. 2, 2001